

PARECER DE ENQUADRAMENTO IFRRU
(Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas)

Registo n.º:	
Processo n.º:	
Requerimento n.º:	
Registado em:	

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de Borba

REQUERENTE

Nome/Denominação: *			
Domicílio/Sede: *			
	N.º:	Lote/Andar:	
Código Postal: *	Localidade: *		
NIF/NIPC: *			
Tipo de Documento de Identificação:	<input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade	<input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão	<input type="checkbox"/> Passaporte
N.º:	Válido até:		
Certidão Comercial Permanente (Código):			
Contacto Telefónico:			Fax:
E-mail:			
Qualidade de:			

(Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório)

REPRESENTANTE

Nome/Denominação:			
Domicílio/Sede:			
	N.º:	Lote/Andar:	
Código Postal:	Localidade:		
NIF/NIPC:			
Tipo de Documento de Identificação:			
N.º:	Válido até:		
Procuração Online (Código):			
Contacto Telefónico:			Fax:
E-mail:			
Qualidade de:	<input type="checkbox"/> Representante Legal	<input type="checkbox"/> Gestor de Negócios	<input type="checkbox"/> Mandatário
	<input type="checkbox"/> Outra:		

NOTIFICAÇÕES

Consinto que as notificações/comunicações sejam feitas via: (aplicável a pessoas singulares)	<input type="checkbox"/> Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT)		
	<input type="checkbox"/> Telefone		
	<input type="checkbox"/> Fax		
	<input type="checkbox"/> E-mail		
As notificações/comunicações feitas por via postal deverão ser enviadas preferencialmente para a seguinte morada:	<input type="checkbox"/> Requerente		
	<input type="checkbox"/> Representante		
	<input type="checkbox"/> Outra morada (por favor, indique):		
Domicílio/Sede:			
	N.º:	Lote/Andar:	
Código Postal:	Localidade:		

PEDIDO

Para efeitos de candidatura ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), vem requerer a V. Ex.^a a emissão de parecer de enquadramento territorial e material da operação urbanística, localizada em:

- Área de Reabilitação Urbana (ARU)
- Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)
- Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD)

sito em:

_____, descrito na Conservatória do Registo Predial
Borba sob o n.º _____, da freguesia de _____ e inscrito na matriz predial sob o
artigo _____, com o código de acesso à certidão predial permanente n.º _____ e
_____ m² de área de construção.

OUTROS DADOS DO PEDIDO

Antecedentes

- Não existem antecedentes processuais na Câmara Municipal de Borba para o local em questão;
- Pedido de Informação Prévia N.º _____ Registo de entrada CMB _____ ;
- Alvará/Comunicação Prévia Loteamento N.º _____ ;
- Licença/Autorização/Comunicação Prévia de Obras N.º _____ ;
- Alvará de Utilização/Sanitário N.º _____ ;
- Processo de fiscalização de obras N.º _____ ;
- Outro (indique): _____

NOTAS

Reabilitação integral de edifício: nos termos do anexo 4 ao protocolo celebrado entre a ANMP e a EG do IFRRU 2020, são de reabilitação integral as obras através das quais se confere a um edifício, no seu todo, adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva, não sendo consideradas reabilitação integral as obras de mero restauro, manutenção, limpeza, embelezamento ou equipamento do edifício, considerando-se que preenche este requisito de elegibilidade as intervenções que incluam as seguintes tipologias de obras (nos termos do RJUE):

- obras de reconstrução;
- obras de alteração;
- obras de ampliação;
- obras de conservação que resultem num aumento em pelo menos 2 níveis no estado de conservação do imóvel, atestado pela Câmara Municipal;
- obras de demolição, desde que antecedendo um dos tipos de obras referidas nos pontos anteriores.

Poderão ser apoiados projetos de reabilitação de frações de titularidade privada, quando integrados em edifícios de habitação social com "Renda Apoiada" e quando o proprietário público pretenda reabilitar integralmente o edifício.

TOMA CONHECIMENTO

De acordo com o entendimento da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os documentos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso integral a todos aqueles que o solicitarem.

ADVERTÊNCIAS

Adverte-se que erros ou omissões no preenchimento do presente requerimento, poderão originar atrasos na respetiva tramitação processual.

Mais se adverte que, as falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256.º do Código Penal.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.

2. O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base seguintes condições:

Responsável pelo tratamento - Município de Borba;

Finalidade do tratamento - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;

Destinatário(s) dos dados - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;

Conservação dos dados pessoais - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.

3. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em **www.cm-borba.pt** ou envie um e-mail para **epd@cm-borba.pt**.

4. Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

Tomei conhecimento e li o ANEXO 1 referente ao aviso de Privacidade dos dados pessoais
(<https://www.cm-borba.pt/servicos/protecao-de-dados-pessoais/aviso-de-privacidade/>)

Assinatura: _____

OUTRAS DECLARAÇÕES

* O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Pede deferimento,
Borba, ____/____/____

O(A) Requerente / O(A) Representante

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo, se o(a) mesmo(a) não souber ou não puder assinar)

Conferi a identificação do(a) Requerente/Representante através dos documentos de identificação exibidos.

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

O(A) Funcionário(a)

Responsável pela Direção do Procedimento:	
Contacto Telefónico	+ (351) 268 891 630
E-mail:	

Gestor(a) do Procedimento:	
Contacto Telefónico	+ (351) 268 891 630
E-mail:	

FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS A APRESENTAR / ENTREGAR

- Requerente – Apresentar Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade;
- Representante – Apresentar Documento(s) comprovativo(s) da qualidade de representante;
- Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios, quando se trate de edifício com idade inferior a 30 anos;

Caso não exista PROCESSO de controlo prévio de obras (intervenção de reabilitação isenta de controlo prévio municipal):

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de apresentação do pedido:
 - Certidão da Conservatória do Registo Predial** - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial, e eventuais contratos que demonstrem a legitimidade do requerente; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.
Mesmo que tenha preenchido o campo "Código da Certidão Predial Permanente" deste formulário, sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Predial (cuja validade é de seis meses), de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido, caso o código contenha lapsos no seu preenchimento.
 - Documentos comprovativos da qualidade de titular** de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do ponto anterior.
 - Certidão da Conservatória do Registo Comercial**, caso o requerente seja uma pessoa coletiva.
Mesmo que tenha preenchido o campo "Código da Certidão Comercial Permanente" deste formulário, sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Comercial (cuja validade pode ser de um, dois, três ou quatro anos mediante o custo da assinatura que adquiriu), de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido caso o código contenha lapsos no seu preenchimento.
- Planta de localização** à escala 1:1.000, fornecida pela CMP, com a delimitação dos limites da propriedade a verde e implantação da obra projetada que deve ser feita com rigor a vermelho;
- Memória descritiva** e justificativa da solução proposta, esclarecendo nomeadamente:
 - Caracterização da operação urbanística;
 - Indicação da data de construção do imóvel ou cópia da autorização de utilização, caso exista;
 - Demonstração inequívoca que trata-se de intervenção de reabilitação integral do edifício.
- Fotografias** do imóvel, suficientemente esclarecedoras do edifício quanto ao estado de conservação, enquadramento e suas confrontações nomeadamente com a via pública e os edifícios confinantes.
- Estimativa do custo total da obra**;
- Calendarização da execução da obra**, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
- Plantas, Cortes e Alçados** com representação das alterações nas cores convencionais e exemplar a negro.
Caso se trate de obra a sujeitar a controlo prévio, nos termos do RJUE
- Outro(s):